

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Racismo estrutural, um paralelo entre África do sul, a conferência de 2001 e o Brasil contemporâneo.

Dalila Ximenes Gomes¹
Kelly Almeida de Oliveira²

Resumo: O presente artigo analisa criticamente o racismo estrutural no Brasil e na África do Sul, destacando suas raízes históricas e os desdobramentos contemporâneos após a Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban em 2001. A partir de referenciais teóricos como Silvio Almeida e Mohamed Adhikari, bem como de documentos institucionais e produções audiovisuais, busca-se compreender como as políticas públicas adotadas nesses países enfrentam ou reproduzem estruturas de exclusão racial. A pesquisa evidencia que, apesar de avanços legislativos, o racismo permanece presente nas relações sociais e institucionais, exigindo ações contínuas de combate e transformação. O estudo propõe uma reflexão comparativa sobre os limites e possibilidades da luta antirracista no cenário pós-Durban.

Palavras-chave: África do Sul; Brasil; Conferência de Durban; Políticas públicas; Discriminação racial.

Structural racism, a parallel between South Africa, the 2001 conference and contemporary Brazil.

Abstract: This article critically analyzes structural racism in Brazil and South Africa, highlighting its historical roots and contemporary developments following the World Conference against Racism, held in Durban in 2001. Drawing on theoretical frameworks

¹ Dalila Ximenes Gomes graduanda do curso de Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão, campus Codó. Pesquisa sobre o tema principal Racismo Estrutural em perspectiva entre Brasil e África do Sul. Dalila.ximenes@discente.ufma.br

² Professora Dr. Doutora Kelly Almeida de Oliveira do curso de Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão, campus Codó. Pesquisa sobre Racismo Estrutural em perspectiva entre Brasil e África do Sul. ka.oliveira@ufma.br

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIIDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



such as those of Silvio Almeida and Mohamed Adhikari, as well as institutional documents and audiovisual materials, the study seeks to understand how public policies in these countries confront or reproduce structures of racial exclusion. The research shows that, despite legislative advances, racism remains embedded in social and institutional relations, requiring continuous actions of resistance and transformation. This comparative reflection explores the limits and possibilities of the anti-racist struggle in the post-Durban context.

Keywords: Structural racism; South Africa; Brazil; Durban Conference; Public policies; Racial discrimination.

Racismo estructural, un paralelo entre Sudáfrica, la conferencia de 2001 y el Brasil contemporáneo.

Resumen: El presente artículo analiza críticamente el racismo estructural en Brasil y Sudáfrica, destacando sus raíces históricas y los desarrollos contemporáneos posteriores a la Conferencia Mundial contra el Racismo, realizada en Durban en 2001. A partir de marcos teóricos como los de Silvio Almeida y Mohamed Adhikari, así como de documentos institucionales y producciones audiovisuales, se busca comprender cómo las políticas públicas adoptadas en estos países enfrentan o reproducen estructuras de exclusión racial. La investigación evidencia que, a pesar de los avances legislativos, el racismo permanece presente en las relaciones sociales e institucionales, lo que exige acciones continuas de combate y transformación. El estudio propone una reflexión comparativa sobre los límites y las posibilidades de la lucha antirracista en el escenario posterior a Durban.

Palabras clave: Racismo estructural; Sudáfrica; Brasil; Conferencia de Durban; Políticas públicas; Discriminación racial.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



INTRODUÇÃO

O racismo é um fenômeno histórico e social que se manifesta de diferentes formas nas sociedades contemporâneas. Em muitos países, as desigualdades raciais não se limitam a atitudes individuais de preconceito, mas estão profundamente enraizadas nas estruturas sociais, políticas e econômicas. Nesse contexto, o conceito de racismo estrutural tem sido amplamente utilizado para explicar como práticas discriminatórias são reproduzidas ao longo do tempo por meio de instituições, normas sociais e políticas públicas.

O racismo estrutural pode ser compreendido como um sistema que organiza e influencia as relações sociais, produzindo desigualdades que afetam principalmente grupos racializados. Dessa forma, o racismo não se restringe a comportamentos isolados, mas está presente em diferentes dimensões da vida social, como no acesso à educação, ao mercado de trabalho, à moradia e à participação política. Essa realidade demonstra que as desigualdades raciais são resultado de processos históricos que continuam produzindo efeitos no presente.

No Brasil e na África do Sul, o racismo possui origens históricas relacionadas a processos de colonização, escravidão e segregação racial. Embora esses países tenham trajetórias históricas distintas, ambos apresentam desigualdades raciais persistentes que afetam principalmente a população negra em áreas como educação, mercado de trabalho, renda e participação política. Essas desigualdades revelam que o racismo não é apenas um fenômeno do passado, mas continua presente nas estruturas sociais contemporâneas.

A Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban no ano de 2001, representou um importante marco internacional na discussão sobre discriminação racial,

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



xenofobia e intolerância. O evento reuniu diversos países e organizações internacionais com o objetivo de promover estratégias de combate ao racismo e incentivar a implementação de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial. A partir dessa conferência, diferentes países passaram a discutir de forma mais ampla a necessidade de reconhecer as desigualdades históricas e desenvolver políticas voltadas à inclusão social.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar o racismo estrutural no Brasil e na África do Sul, destacando suas raízes históricas e os impactos contemporâneos nas estruturas sociais desses países. Além disso, busca-se discutir os desdobramentos da Conferência de Durban e sua influência na formulação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades raciais.

DESENVOLVIMENTO

O conceito de racismo estrutural tem sido amplamente debatido nas ciências sociais contemporâneas, especialmente no contexto de sociedades marcadas por profundas desigualdades raciais. De acordo com Almeida (2019), o racismo não se manifesta apenas por atitudes individuais ou preconceitos isolados, mas está inserido nas próprias estruturas que organizam a sociedade. Dessa forma, ele se reproduz por meio de instituições, normas sociais, práticas econômicas e políticas públicas que historicamente favoreceram determinados grupos em detrimento de outros.

No Brasil, o racismo estrutural está diretamente relacionado ao processo histórico de colonização e ao longo período de escravidão que marcou a formação social do país. Durante mais de três séculos, milhões de africanos foram trazidos de forma forçada para trabalhar como mão de obra escravizada, sendo submetidos a condições desumanas e

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



privados de direitos básicos. Mesmo após a abolição da escravidão em 1888, a população negra não recebeu políticas de inclusão social, acesso à educação ou oportunidades econômicas que permitissem sua plena integração na sociedade. Esse processo contribuiu para a manutenção de desigualdades que ainda são visíveis na atualidade.

Segundo Almeida (2019), a persistência dessas desigualdades demonstra que o racismo não é apenas um fenômeno do passado, mas um elemento estruturante das relações sociais brasileiras. Indicadores sociais mostram que a população negra enfrenta maiores dificuldades de acesso à educação de qualidade, ao mercado de trabalho formal, à renda e à representação política. Além disso, observa-se uma maior exposição da população negra à violência, à precarização das condições de vida e à marginalização social.

Nesse contexto, políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial passaram a ganhar maior visibilidade a partir do final do século XX e início do século XXI. Entre essas políticas destaca-se a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas, buscando valorizar a contribuição dos povos africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira. Outra medida importante foi a criação da Lei nº 12.711/2012, que instituiu o sistema de cotas nas universidades federais, ampliando o acesso de estudantes negros, indígenas e oriundos de escolas públicas ao ensino superior.

De maneira semelhante, a África do Sul apresenta uma trajetória histórica marcada por profundas desigualdades raciais. Durante grande parte do século XX, o país viveu sob o regime do apartheid, um sistema de segregação racial institucionalizado que estabelecia a separação entre brancos e negros em praticamente todos os aspectos da vida social. A população negra era privada de direitos políticos, limitada em seu acesso à educação e ao trabalho e submetida a uma rígida divisão espacial nas cidades.

De acordo com Adhikari (2005), as categorias raciais na África do Sul foram historicamente utilizadas como instrumentos de controle social e de manutenção de

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



privilégios para a população branca. Mesmo após o fim oficial do apartheid em 1994, muitas das desigualdades criadas por esse sistema continuaram presentes na estrutura social do país, demonstrando que a superação do racismo exige mudanças profundas e de longo prazo.

Após o processo de redemocratização, o governo sul-africano implementou diversas políticas voltadas para a promoção da igualdade racial e a reparação das injustiças históricas. Entre essas iniciativas destacam-se a Constituição da República da África do Sul de 1996, considerada uma das mais avançadas do mundo em termos de proteção aos direitos humanos, e o Employment Equity Act de 1998, que busca combater a discriminação no mercado de trabalho e promover maior inclusão de grupos historicamente marginalizados.

Outra medida relevante foi a criação do Broad-Based Black Economic Empowerment Act de 2003, que tem como objetivo ampliar a participação da população negra na economia, incentivando empresas a adotarem práticas que favoreçam a inclusão racial. Essas políticas refletem o esforço do Estado sul-africano em enfrentar as desigualdades herdadas do apartheid, embora desafios significativos ainda permaneçam.

Nesse cenário internacional de debates sobre discriminação racial, a Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban em 2001, representou um marco importante. Organizada pelas Nações Unidas, a conferência reuniu representantes de diversos países, organizações internacionais e movimentos sociais com o objetivo de discutir estratégias para combater o racismo, a xenofobia e outras formas de intolerância.

Segundo Alves (2002), a Conferência de Durban possibilitou a construção de um amplo debate global sobre as consequências históricas da escravidão, do colonialismo e das práticas discriminatórias. O evento resultou na elaboração da Declaração e do Programa de Ação de Durban, documentos que estabeleceram compromissos internacionais voltados à promoção da igualdade racial, ao reconhecimento das injustiças históricas e à implementação de políticas públicas voltadas à inclusão social.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



A partir das discussões promovidas em Durban, diversos países passaram a fortalecer suas políticas de combate ao racismo, reconhecendo a necessidade de ações concretas para enfrentar desigualdades históricas. No caso brasileiro, por exemplo, as discussões internacionais contribuíram para ampliar o debate público sobre racismo e para impulsionar a criação de políticas afirmativas e programas voltados à promoção da igualdade racial.

Entretanto, apesar dos avanços legislativos e institucionais observados tanto no Brasil quanto na África do Sul, o racismo estrutural continua sendo um desafio significativo. As desigualdades raciais persistem em diferentes áreas da vida social, demonstrando que a transformação dessas estruturas exige não apenas a criação de leis, mas também mudanças culturais, educacionais e políticas que promovam efetivamente a igualdade de direitos e oportunidades.

Dessa forma, a análise comparativa entre Brasil e África do Sul permite compreender como diferentes contextos históricos podem produzir formas semelhantes de desigualdade racial. Ao mesmo tempo, evidencia a importância de políticas públicas, mobilização social e cooperação internacional na construção de sociedades mais justas e inclusivas.

O Broad-Based Black Economic Empowerment Act (2003) e o Employment Equity Act (1998), foram criados com o objetivo de promover maior inclusão da população negra na economia e no mercado de trabalho sul-africano, buscando corrigir desigualdades históricas herdadas do regime do apartheid. Apesar desses avanços, as desigualdades raciais continuam presentes em ambos os países, demonstrando que o combate ao racismo estrutural exige transformações sociais mais profundas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



A análise desenvolvida neste artigo evidencia que o racismo estrutural continua sendo um desafio significativo tanto no Brasil quanto na África do Sul. Embora ambos os países tenham implementado políticas públicas importantes voltadas para a promoção da igualdade racial, os efeitos históricos da escravidão, da segregação e da exclusão social ainda são visíveis nas estruturas sociais contemporâneas.

A Conferência de Durban representou um marco importante no reconhecimento internacional do racismo como violação dos direitos humanos e contribuiu para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial.

Entretanto, a existência de marcos legais não é suficiente para eliminar desigualdades profundamente enraizadas. O enfrentamento do racismo estrutural exige mudanças mais amplas, envolvendo transformações culturais, educacionais e institucionais.

Nesse sentido, torna-se fundamental fortalecer políticas públicas de inclusão, ampliar o acesso à educação de qualidade e promover maior representatividade da população negra nos espaços de decisão política e social.

REFERÊNCIAS

ADHIKARI, Mohamed. Not white enough, not black enough: racial identity in the South African Coloured community. Athens: Ohio University Press, 2005.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros, 2019.

ALVES, José Augusto Lindgren. A Conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 45, n.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



1, p. 5–19, 2002. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/vnm75ptrSYCRpnJK5d533Sq>. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 22 jul. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração e Programa de Ação de Durban. Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Durban: ONU, 2001. Disponível em:
https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/Durban_text_pt.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

ONU BRASIL. Durban+10: década internacional de afrodescendentes e os desafios da igualdade racial. YouTube, 31 ago. 2021. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=G0bzC-Uvv9k>. Acesso em: 22 jul. 2025.

ONU BRASIL. Durban+20: 20 anos da Conferência Mundial contra o Racismo. YouTube, 24 set. 2021. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=EJsceXgcGIY>. Acesso em: 22 jul. 2025.

SOUTH AFRICA. Broad-Based Black Economic Empowerment Act, 2003. Disponível em:
<https://www.gov.za/documents/broad-based-black-economic-empowerment-act>. Acesso em: 22 jul. 2025.

SOUTH AFRICA. Constitution of the Republic of South Africa, 1996. Disponível em:
<https://www.justice.gov.za/legislation/constitution/SACConstitution-web-eng.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2025.

SOUTH AFRICA. Employment Equity Act, 1998. Disponível em:
<https://www.labour.gov.za/Employment-Equity>. Acesso em: 22 jul. 2025.

TV CÂMARA. Durban – A Conferência Mundial Contra o Racismo (2001). YouTube, 28 ago. 2013. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=EJsceXgcGIY>. Acesso em: 22 jul. 2025.

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido

